

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL PARQUE DA JUVENTUDE  
CURSO TÉCNICO EM ARQUIVO

ANA CAROLINA JAIMEZ  
ERICA RODRIGUES  
TOMÁS FELIX

CONTRIBUIÇÕES ARQUIVÍSTICAS À JUSTIÇA SOCIAL: UMA ANÁLISE DO  
ARCHIVO DE LA MEMORIA TRANS DE ARGENTINA

São Paulo  
2025

ANA CAROLINA JAIMEZ  
ERICA RODRIGUES  
TOMÁS FELIX

CONTRIBUIÇÕES ARQUIVÍSTICAS À JUSTIÇA SOCIAL: UMA ANÁLISE DO  
ARCHIVO DE LA MEMORIA TRANS DE ARGENTINA

Artigo apresentado à ETEC Parque da Juventude  
como requisito para a obtenção da aprovação no  
Componente Curricular Trabalho de Conclusão de  
Curso em Arquivo.

São Paulo  
2025

## **Resumo**

O presente trabalho analisa a contribuição da arquivologia para a justiça social, com foco na descrição arquivística e na elaboração de instrumentos de pesquisa, especialmente o Guia de Acervo, diante das especificidades dos arquivos pessoais e comunitários. Parte-se da compreensão dos arquivos como espaços de poder e mediação, capazes tanto de preservar quanto de silenciar memórias. A metodologia adotada foi o estudo de caso das práticas arquivísticas implementadas no Archivo de la Memoria Trans de Argentina (AMT), instituição comunitária dedicada à preservação de fundos pessoais da comunidade trans e travesti. Com base em análise documental, bibliografia especializada e observação das práticas do AMT, foi elaborado um Guia de seu Acervo com o objetivo de difundir os fundos custodiados, fortalecendo a função social de difusão e acesso, primordial dos arquivos. O trabalho demonstra que a atuação arquivística pode contribuir para a reparação histórica e o reconhecimento da diversidade de identidades e narrativas presentes na sociedade.

**Palavras-chave:** Descrição arquivística; Instrumentos de pesquisa; Comunidade Trans; Memória Social; Justiça Social.

## **Abstract**

This paper analyzes the contribution of archival science to social justice, focusing on archival description and the development of finding aids, particularly the Guide to the Collection, in light of the specificities of personal and community archives. It is based on the understanding of archives as spaces of power and mediation, capable of both preserving and silencing memories. The methodology adopted was a case study of the archival practices implemented at the Archivo de la Memoria Trans de Argentina (AMT), a community-based institution dedicated to preserving the personal archives of the trans and travesti community. Based on document analysis, specialized literature, and observation of AMT's practices, a Guide to their Collection was created with the aim of disseminating the preserved fonds and strengthening the social function of access and outreach, which is fundamental to archival institutions. The study demonstrates that archival practices can contribute to historical reparation and to the recognition of the diversity of identities and narratives present in society.

**Key words:** Archival Description, Finding Aids; Trans Community; Social Memory; Social Justice.

## **SUMÁRIO**

<b>1. Introdução</b>	<b>1</b>
<b>2. Descrição arquivística e os instrumentos de pesquisa: o Guia de Acervos</b>	<b>4</b>
<b>3. Arquivos pessoais e apagamento histórico</b>	<b>8</b>
<b>4. Arquivos comunitários</b>	<b>12</b>
<b>5. O Archivo de la Memoria Trans de Argentina</b>	<b>15</b>
<b>6. Guia do Acervo do Archivo de la Memória Trans</b>	<b>24</b>
<b>7. Conclusões</b>	<b>26</b>
<b>8. Referências Bibliográficas</b>	<b>28</b>

## 1. Introdução

Desde a antiguidade, os arquivos são considerados locais de guarda de documentos importantes para a gestão e administração de uma sociedade, bem como para a construção da História e Memória Social. Criou-se, em seu entorno, uma visão de local pouco acessível, com suas estantes e caixas bem guardadas, contendo somente documentos velhos. No entanto, há vida nesses documentos, como aponta Jules Michelet,

Quando penetrei pela primeira vez nessas catacumbas manuscritas, nessa necrópole de monumentos nacionais, teria dito de bom grado (...) 'eis a morada que escolhi e o meu descanso eterno'. Não tardei porém, a perceber, no silêncio aparente dessas galerias, que havia um movimento, um murmúrio, algo que não pertencia à morte. Esses papeis, esses pergaminhos deixados ali há muito tempo nada pediam a não ser a possibilidade de rever a luz do dia. Esses papeis não são papeis, e sim vidas de homens, de países, de povos. (MICHELET Apud. DELMAS, 2010, p. 11)

A palavra “arquivo” é polissêmica. Designa as instituições de custódia que abrigam fundos de arquivo, mas também pode ser definida como o conjunto de documentos produzidos por uma instituição pública, privada ou pessoa física em decorrência de suas atividades, como indicado na Lei 8.159, de 8 de Janeiro de 1991, conhecida como Lei de Arquivos. Nesse sentido, a acumulação que caracteriza o documento de arquivo é orgânica, uma vez que ocorre como consequência das atividades e funções do produtor.

A documentação de arquivo, pensando em sua gestão, é organizada em três fases do documento: correntes, intermediários e permanentes. O presente trabalho terá como enfoque os arquivos de idade permanente, compreendidos como “[...] conjuntos de documentos de valor histórico, probatório e informativo que devem ser definitivamente preservados” (BRASIL, 1991, Art.7º,§ 3º) .

A função social dos arquivos permanentes, nesse viés, se debruça sobre o acesso da documentação de valor histórico, bem como sobre a preservação do patrimônio documental e da memória e identidade social. Dessa forma, “os arquivos não apenas conduzem líderes públicos à responsabilidade, eles também permitem que todos os cidadãos conheçam o passado” (JIMERSON, 2018, p. 39).

Visando o cumprimento dessa função social e da ampliação de público, são desenvolvidos os instrumentos de pesquisa a partir dos processos de descrição arquivística - última etapa da gestão documental. O primeiro instrumento

desenvolvido é o Guia de Acervo, que proporciona ao usuário uma perspectiva geral do arquivo, seus principais fundos e os métodos de acesso à documentação.

Porém, os processos envolvidos na gestão de acervos são resultantes de valores culturais, perspectivas sociais e inclinações políticas contemporâneas ao tratamento arquivístico realizado. Dessa forma,

Arquivos são lugares de conhecimento, memória, nutrição e poder. De uma só vez, protegem e preservam documentos, legitimam e santificam certos documentos, enquanto invalidam e destroem outros, e dão acesso a fontes selecionadas enquanto controlam os pesquisadores e as condições sob as quais eles podem examinar os documentos arquivísticos. (JIMERSON, 2008, p. 28)

Diante da representação mostrada por Jimerson, o poder da autoridade pode caracterizar um pensamento ornado por uma só razão - sendo assim, o documento é sua legítima prova. Pois, sobreposto a seleção e salvaguarda documental, mesmo que suas práticas sejam figuradas ao tratamento arquivístico, o poder está associado ao elemento por sua natureza, e não por quem está sob seus cuidados. A preservação e o controle dos documentos é uma prática indispensável, e necessita tanto do olhar intrínseco quanto da manipulação íntegra de acordo com as suas atividades, podendo desse modo, impactar diretamente no campo de pesquisa, onde acaba desfavorecendo o usuário pesquisador e enfraquecendo o valor material ou imaterial daquela informação interceptada por um viés interpretativo.

Ainda por estas razões, existem arquivos em construção do espaço, porém, ao expor a composição do documento, constitui-se irregularidades sociais onde a mediação entre arquivo e público usuário, que corrobora ao sentido essencial da vida daquele registro, perde o seu sabor informacional devido à exceção de outros componentes.

O trabalho, portanto, se debruçou sobre a análise da constituição de um arquivo comunitário de salvaguarda de fundos pessoais e seus processos de gestão documental, principalmente no tocante à difusão do acervo, para compreender o impacto das estruturas de apagamento e marginalização de determinados grupos sociais na prática arquivística. Buscou-se identificar as estratégias encontradas para que a documentação silenciada nas instituições de custódia seja difundida e seu acesso garantido, a fim de construir uma sensibilização para o futuro trabalho dos técnicos em arquivos, responsáveis por realizar atividades de classificação, arranjo e

descrição, entre outras pertencentes à gestão documental<sup>1</sup>. Como resultado dessa análise, foi produzido um guia de acervo da instituição estudada, dedicada a preservar a documentação de pessoas transgênero e travestis, compreendendo o grau de apagamento histórico e social sistemático que atinge essa camada da sociedade.

Define-se como pessoa transgênero ou travesti aquela que não se identifica com o gênero que foi designado ao nascer. Por outro lado, são compreendidas como pessoas cisgênero aquelas cuja identidade de gênero é equivalente à designada ao nascer.

A metodologia empreendida para o desenvolvimento da pesquisa configura-se como um estudo de caso sobre as práticas arquivísticas inclusivas desenvolvidas no Archivo de la Memoria Trans de Argentina (AMT), em especial suas estratégias de descrição e difusão de seus fundos<sup>2</sup>. Nesse contexto, foram realizadas leituras de bibliografia especializada, destacando os autores Ana Maria Camargo, Andrew Flinn, Heloísa Bellotto, Jean Camoleze, Melina Antonucci e Victoria Macioci.

Além disso, foram analisadas as informações disponibilizadas pela instituição em seu endereço eletrônico, como sua política de aquisição e os procedimentos realizados para o manuseio e tratamento da documentação. A partir dessa coleta, foi possível filtrar e tabular os dados relativos à construção dos arranjos e a descrição arquivística aplicada pela instituição, presente na aplicação digital Access to Memory (AtoM) do Archivo. Por fim, realizou-se a análise de entrevistas e falas públicas da equipe técnica do arquivo, principalmente de sua fundadora e diretora, María Belén Correa.

Buscou-se compreender as diferentes abordagens utilizadas pela equipe da instituição para a realização do resgate da memória documental da comunidade trans a partir da guarda de arquivos pessoais daquelas pertencentes à comunidade e para a realização de um tratamento documental mais inclusivo e respeitoso para

---

<sup>1</sup> Segundo a Lei nº 6.546, de 4 de julho de 1978, são atribuições do Técnico em Arquivo: “recebimento, registro e distribuição dos documentos, bem como controle de sua movimentação; **classificação, arranjo, descrição** e execução de demais tarefas necessárias à guarda e conservação dos documentos, assim como prestação de informações relativas aos mesmos; preparação de documentos de arquivos para microfilmagem e conservação e utilização do microfilme; preparação de documentos de arquivo para processamento eletrônico de dados” (Art. 3º, grifo nosso).

<sup>2</sup> Como apontam Jean Camoleze, Lidia Cavalcante e Sonia Rodriguez, “[...] os estudos de caso devem valorizar a experiência como elemento da construção do conhecimento e reconhecer a interação do objeto estudado com seus contextos e meio como gênese do conhecimento” (2019, p. 126).

com as identidades ali salvaguardadas. A escolha por essa instituição decorreu de seu pioneirismo no trabalho com o patrimônio documental específico das pessoas transgênero e travesti, uma vez que configura-se como uma das primeiras instituições latino-americanas voltadas para a preservação da memória trans e gerida por membros dessa comunidade. Ainda, foi de suma importância a instituição já apresentar boa parte de seu acervo inteiramente descrito para a análise. Como resultado, foi desenvolvido um guia de acervo, a fim de contribuir para a difusão dessa instituição e da documentação por ela custodiada.

A seção inicial deste artigo, intitulada “Guia de Acervos”, busca apresentar a importância da descrição arquivística e dos instrumentos de pesquisa, em especial o Guia de Acervos, para a divulgação das instituições e discorrer sobre a sua elaboração. Diante disso, buscamos apresentar, nas sessões subsequentes, a base teórica para a construção do guia nas especificidades do AMT, instituição que configura-se tanto como arquivo pessoal, quanto como arquivo comunitário.

Na segunda sessão, intitulada "Arquivos pessoais e apagamento histórico", apresentamos uma visão geral dos arquivos pessoais enquanto área de atuação dos arquivistas e abordamos a questão do apagamento sistemático de sujeitos nos acervos institucionais e públicos. Posteriormente, a seção de “Arquivos Comunitários” foca em definir esse tipo de arquivo com base na teoria arquivística, analisando suas similaridades com modelos convencionais e, principalmente, os limites dessas categorias conceituais em relação às práticas documentais construídas coletivamente a partir das comunidades. Já na seção “O Archivo de la Memoria Trans de Argentina”, discorreremos sobre a consolidação do AMT enquanto instituição arquivística e expomos as práticas de tratamento documental utilizadas. Por fim, apresentamos, em sessão intitulada “Guia do Acervo do Archivo de la Memoria Trans”, a elaboração de um Guia de Acervo para a instituição estudada, levando em consideração suas especificidades.

## **2. Descrição arquivística e os instrumentos de pesquisa: o Guia de Acervos**

A descrição arquivística realizada em arquivos permanentes é a tarefa primordial do trabalho do arquivista e técnico de arquivo (BELLOTTO, 2004; RAGASSI et al, 2024), uma vez que resulta na elaboração de representações dos

documentos salvaguardados, identificando as tipologias documentais presentes no acervo e as relações orgânicas estabelecidas diante dos múltiplos contextos de produção.

O enfoque desse processo recai sobre o valor secundário dos documentos, assim, é destacada sua potencialidade informacional restante após o cumprimento de sua finalidade primária (BELLOTTO, 2004). Cabe, portanto, ao elaborador da descrição identificar e condensar as informações presentes no nível descrito, a fim de evitar distorções e apresentar todas as possibilidades de uso daquilo que está sendo descrito (BELLOTTO, 2004).

Segundo o Conselho Internacional de Arquivologia (CIA), a descrição arquivística pode ser descrita como:

A elaboração de uma acurada representação de uma unidade de descrição e suas partes componentes, caso existam, por meio da extração, análise, organização e registro de informação que sirva para identificar, gerir, localizar e explicar documentos de arquivo e o contexto e o sistema de arquivo que os produziu (ICA Apud. RAGASSI et al, 2024)

Com o objetivo de estabelecer diretrizes gerais para a realização de uma descrição arquivística abrangente e padronizada, foi desenvolvida a Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística [ISAD (G)]<sup>3</sup>. O marco teórico dessa norma é a proposição de uma descrição hierárquica em uma estrutura multinível, do geral ao particular. Assim, inicia-se com a descrição da instituição de custódia e seus fundos, passando pelas séries documentais e, por fim, atinge-se o nível do item documental.

Essa norma garante o respeito aos princípios da proveniência<sup>4</sup> e da organicidade<sup>5</sup>, uma vez que abarca a identificação dos contextos e das características intrínsecas e extrínsecas do nível descrito (BELLOTTO, 2004). Seguindo a ISAD(G), os elementos descritivos são designados pelas seguintes áreas: identificação; contexto de produção; conteúdo e estrutura; acesso e uso; fontes relacionadas; notas.

---

<sup>3</sup> A versão brasileira da ISAD (G), a Norma Brasileira De Descrição Arquivística (NOBRADE), foi preparada pelo Arquivo Nacional a partir de 1998, sendo publicada uma segunda edição em 2001 (BELLOTTO, 2004).

<sup>4</sup> O princípio da proveniência caracteriza-se como a forma de fixação do documento ao seu produtor, a fim de respeitar as atividades que o geraram (BELLOTTO, 2004).

<sup>5</sup> O princípio da organicidade é compreendido como a conexão lógica e orgânica da produção documental a partir das atividades que geram os documentos (BELLOTTO, 2004).

Em 2003, o Conselho Internacional de Arquivos (CIA), em parceria com a *Artefactual Systems*, desenvolveu a aplicação *open source* Access To Memory (AtoM). Essa aplicação foi estruturada pelas normas de descrição arquivísticas, como a ISAD (G) e a Norma Internacional de Registro de Autoridade Arquivística para Pessoas Coletivas, Pessoas Singulares e Famílias [ISAAR (CPF)], e permite a homogeneização e democratização de acesso de plataformas que seguem os padrões arquivísticos balizados pelo CIA (RAGASSI et al, 2024).

O desenvolvimento de uma boa descrição documental garante a construção de bons instrumentos de pesquisa, que constituem o elo entre a massa documental e os pesquisadores e usuários de instituições arquivísticas (BELLOTTO, 2004). Segundo Bellotto (2004), “o processo da descrição consiste na elaboração de instrumentos de pesquisa que possibilitem a identificação, o rastreamento, a localização e a utilização dos dados” (p. 179). Nesse contexto, compreende-se a descrição arquivística como o ato de representar as informações contidas nos acervos arquivísticos (fundos, séries ou itens documentais) com o objetivo final de gerar instrumentos de pesquisa, garantindo o acesso total aos acervos (RAGASSI et al, 2024).

A realização da descrição arquivística e a construção de bons instrumentos de pesquisa ampliam o público potencial dos arquivos, contribuindo para a garantia do cumprimento da função social de acesso amplo e democrático da documentação. Assim, o desenvolvimento desses instrumentos constitui-se como atividade essencial das instituições detentoras de acervo, uma vez que possibilitam o acesso à documentação salvaguardada, bem como a divulgação dos acervos e da própria instituição.

Os instrumentos de pesquisa são definidos como as obras referenciais, cujo intuito é “[...] orientar os usuários nas diversas modalidades de abordagem a um acervo documental” (MIGUÉIS, 1976, p. 07). Eles são, portanto, as ferramentas utilizadas para orientar a consulta ao acervo a partir da descrição prévia dos fundos, séries e unidades documentais. Segundo Bellotto (2004), as informações contidas em um acervo arquivístico somente encontram sua funcionalidade final quando os instrumentos de pesquisa permitem seu acesso e difusão plena ao público.

De acordo com o Dicionário de Terminologia Arquivística, os instrumentos de pesquisa são caracterizados como “obra de referência, publicada ou não, que identifica, localiza, resume ou transcreve, em diferentes graus e amplitudes, fundos,

grupos, séries e peças documentais existentes num arquivo permanente, com a finalidade de controle e de acesso ao acervo” (1996, p. 45). Eles podem ser desde os mais genéricos, como os guias, até os mais detalhados e específicos, como os inventários, catálogos e índices. Para a construção de um bom instrumento de pesquisa, é necessário conhecer os usuários da instituição, a fim de estabelecer critérios mais assertivos em relação ao vocabulário controlado utilizado e aos termos referenciados (BELLOTTO, 2004).

O Guia do Acervo, foco deste trabalho, é um instrumento de pesquisa genérico e globalizante (BELLOTTO, 2004; MIGUÉIS, 1976), que apresenta a instituição a partir de sua macroestrutura. Esse instrumento se propõe a informar o corpo técnico e os usuários do arquivo da totalidade dos fundos custodiados na instituição (MIGUÉIS, 1976). Assim, possui uma visão introdutória dos fundos e coleções presentes no acervo, possibilitando o conhecimento generalizado dos principais documentos salvaguardados. Constitui-se, portanto, como o primeiro instrumento de pesquisa produzido por uma instituição, sendo a porta de entrada ao permitir o mapeamento panorâmico do acervo (ANCONA LOPEZ, 2002, p. 23).

Segundo Miguéis, “sua finalidade é informar sobre o histórico, a natureza, a estrutura, o período de tempo abrangido, a quantidade de cada fundo integrante do acervo total do Arquivo” (1976, p. 07). Assim, de acordo com Ancona Lopez:

No guia deverão constar todos os dados básicos necessários para orientar os consulentes, desde as informações práticas — tais como o endereço da instituição, os telefones, o horário de atendimento etc. — até as informações específicas sobre o acervo, como por exemplo os fundos e as coleções que ele possui, seu nível de organização, as condições físicas e jurídicas do acesso, as possibilidades de reprodução de documentos etc. O guia também deve conter uma pequena introdução que apresente o histórico da instituição e explique o processo pelo qual seu acervo foi formado. Através do guia, o pesquisador poderá programar sua visita, sabendo exatamente quais são as condições de consulta, quais conjuntos documentais são pertinentes para seus interesses de pesquisa e quais são as condições de acesso. (2002, p. 23)

Diante disso, “tendo um guia geral, o arquivo poderá dispor do tempo necessário para ir efetivando, criteriosamente, seus trabalhos de descrição parcelada” (BELLOTTO, 2004, p. 181). Além disso, trata-se de um instrumento de pesquisa com linguagem menos técnica e mais fluida, possibilitando seu acesso ao grande público.

Segundo Ancona Lopez (2002), o mapeamento geral realizado por um guia torna-se instrumento fundamental para que os documentos sejam conhecidos pelo público e para que seja possível traçar estratégias de organização dos fundos e coleções, mesmo que os acervos não estejam completamente organizados. Assim, esse instrumento é utilizado como ferramenta de difusão ao apresentar, mesmo que brevemente, os fundos e coleções salvaguardados na instituição de custódia.

### **3. Arquivos pessoais e apagamento histórico**

Os arquivos pessoais ou privados podem ser definidos como os “conjuntos de documentos acumulados no exercício das atividades ‘de entidade coletiva de direito privado, família ou pessoa’ (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 35), definição semelhante à do Dicionário da Associação de Arquivistas de São Paulo (Bellotto; Camargo, 1996, p. 8).

No entanto, também podem ser vistos como instrumentos de exclusão, pois se originam de uma singularidade aparente devido sua integridade única ao ser vinculado pelos caminhos arquivísticos. Mas de todo modo, esse olhar é significativo, porém, tratando-se do apagamento histórico e o que pôde ser apresentado por demonstrações de arquivos pessoais, por vezes, a sua organicidade pode estar vinculada a marginalização, na qual o documento recolhido pela instituição não condiz com o seu contexto de produção. Isto ocorre, devido a falta de importância social da qual o grupo enquanto sociedade renegada, não recebe os direitos e nem os recursos necessários para se encaixar na igualdade que diz respeito a cultura, a política e o respeito à vida como cidadão comum.

Seria comum que a atividade voltada para a preservação e viabilidade documental fosse manifestada por uma entidade comprovada socialmente por seu caráter adverso entremeado às relações políticas, econômicas e sociais. Portanto, existem outras exemplificações que corroboram para as mesmas finalidades, até mesmo, se alinhando de forma mais dissolvida aos espaços culturais que, todavia, está associado ao dever dos agentes arquivísticos para novas integrações à informação, mesmo que ela seja voltada para uma proveniência individual. Como afirma Vam de Berg:

No âmbito da Arquivologia podemos dizer que a princípio, o interesse científico da área por arquivos pessoais ocorreu influenciado e correlacionado ao interesse dos

historiadores por essas fontes documentais devido, principalmente, ao crescimento do número de pesquisas sobre o âmbito da vida privada. (2019, p.15).

Segundo a autora, “as demandas por novas fontes documentais influenciaram as instituições arquivísticas, por ser o lócus responsável por preservar tais acervos” (VAM DE BERG, 2019, p.16). Assim como todo estudo e sua difusão aplicada a novos conceitos sistematizados, a Arquivologia não seguiu o caminho reverso, partindo das demandas sociais que foram se movimentando para encontrar caminhos favoráveis aos destinos e destinatários (usuários pesquisadores), seguiu-se um trajeto linear ligados por dois meios em conjunto, sendo eles: a teoria desenvolvida e a prática desempenhada.

Do ponto de vista do profissional de arquivo, o conjunto de procedimentos técnicos diante sua gestão, se faz de maneira singular a cada fundo específico. Nesse processo, todas as etapas são cruciais para a boa gestão e segurança documental. Mas, para além da salvaguarda, o papel fundamental do técnico em arquivo, seja um agente público ou privado, está mediante sua integridade vinculada com as funções caracterizadas pelo documento do qual o mesmo está articulando, seja pela preservação e difusão da informação nele contido, de acordo com a Lei de Arquivos (BRASIL, 1991, Art. 2º, inciso I).

Em meio ao debate sobre a razão do arquivo privado e arquivos pessoais, ambos se interligam pelo caráter particular que carregam, porém, a produção destes documentos pode se desenvolver para um plano de desenvolvimento científico e social, mas para isso, deve ser considerado como conjunto relevante para a história e sua preservação (BRASIL, 1991, Art. 12º, inciso III).

E, assim como qualquer natureza proveniente e informacional, a massa documental, uma vez que a organicidade da qual se associa o documento de arquivo está relacionada à entidade ou à instituição que está por garantir o suporte de armazenamento e de acessibilidade, principalmente por cumprir o exercício de contextualizar a atividade de tal documento e servi-lo corretamente para os usuários (BRASIL, 1991, Art. 3º, inciso I). Sendo assim, aos arquivos que se mantêm no mesmo espaço de sua produção ou não, jamais perderá sua autenticidade se o mesmo for recolhido e a preservação dos seu vínculo orgânico e sua ordem original for mantida. Ainda que principiando por pessoa física ou jurídica, a organicidade é o que testemunha sobre a informação relacionada ao registro.

Tendo como objeto o Arquivo Comunitário que foi autogerido para relacionar os mediadores dos fundos arquivísticos aos usuários, foi necessário simplificar a organização documental e adequar-se aos instrumentos de pesquisa de acervo para a garantia do contexto do qual foi produzido ou entremeado.

Desse modo, a interpretação pessoal e interpessoal do ponto de vista do mediador e usuário, é notada em suas práticas realizadas por um conjunto de atividades que levam aos mesmos interesses, a informação (JÚNIOR, 2022, p. 4). Como aponta Vam de Berg,

Ao longo da vida, produzimos e acumulamos documentos pelos mais variados motivos, seja por decorrência de obrigações (como questões legais, fiscais, comprobatórias, etc) ou vontades (tais quais: valor sentimental, interesse pessoal, etc.). Assim, os arquivos pessoais são criados e compostos tanto por registros burocráticos, quanto emotivos. (2019, p.12)

E para que seja atingido o protagonismo social dentre o cenário coletivo, o mediador não deve se limitar somente ao alcance da informação, todavia, deve agir de forma consciente aos movimentos flexíveis como um transmissor compreensível desta ciência. No entanto, na amplificação da salvaguarda de arquivos pessoais no qual os critérios são postergados, a ação coletiva entre o agente profissional e o utilizador destas informações, realizam uma operação visando a integridade social e pessoal, para além das relações arquivísticas de acesso. Em vista dessa análise, temos a comunicação como fator principal para aquecer a conexão atrelada a um fato, memória e preservação (CAMARGO, 2009).

Envolvendo a metodologia dessa mediação junto ao Archivo de la Memoria Trans que, por sua parte, tem como ofício resgatar e reunir os trajetos da história e memória trans da Argentina, entende-se que, a política documental está interligada diretamente as práticas reflexivas para a formação social e educativa, a fim de humanizar a proveniência e predominância dos documentos acumulados. Portanto, configura-se como uma instituição de custódia que coleciona documentos relacionados à vida profissional e pessoal de mulheres trans e travestis, bem como das atividades relacionadas ao seu ativismo político. Dentre as atividades de curadoria, envolver e desenvolver a comunidade como um agente mediador, favorece ainda mais os direitos humanos ao estimular a informação politizada por espaços culturais, de economia e tecnologia.

Partindo com o olhar explícito da dinâmica, o usuário juntamente com o técnico de Arquivo, executam um trabalho essencial para marcar a extensão dessas atividades discutidas, para a finalidade do protagonismo social e político, pois, articulando o assunto dentro do cotidiano existente, acaba que por evidenciar a ética praticada como um ente comum, assim, passando por um processo de humanização (GOMES, 1998, p. 7). Nesse sentido, a criação dos instrumentos de pesquisa torna-se a base da atuação técnica da instituição.

Para que os resultados façam ainda mais sentido no ponto de vista social ou institucional, vale ressaltar os mecanismos usados para fomentar a dimensão do resgate e difusão atrelada às práticas construtivas da comunidade. Mesmo que ausente do vínculo político direto, o AMT agrega ao debate social por meio de simpatizantes e contribuintes que ousaram acreditar no movimento, somando para o conjunto documental associado ao acervo, podendo assim, reivindicar o que hoje é memorado por um acervo diversificado composto por: documentos de natureza pessoal, recortes, correspondências, fotografias, que são capazes de promover o acesso aos seus usuários

Entretanto, assumindo a responsabilidade deste protagonismo social, além de desenvolver o trabalho de recuperar e atrelar o fato ao cotidiano realista, percorre o caminho usual de comportamento por mediar as atividades relacionadas ao recolhimento e salvaguarda documental. Quando abordamos sobre memorização e conflitos em instituições arquivísticas apresentadas diante as barreiras da vida e convivências que nelas se entrelaçam, é necessário nos aprofundamos no senso de discriminação que desenvolvemos cotidianamente.

Ao equilibrar o papel do arquivista como porta-voz altruísta da razão científica e histórica, além de servir ao reconhecido papel em coletar, classificar, preservar e viabilizar os registros adquiridos, o mesmo, se curva às competências de controlador e operador dessas informações. Em vista do ato de controlar, a ênfase se mostra na capacidade de assegurar as funções estabelecidas de acordo com o órgão administrativo e suas atividades inspecionadas. E o desempenho de operador, apoia-se nas medidas de sua natureza para a obtenção de resultados determinados. Ambas responsabilidades devem exercer o interesse interno e externo, admitindo o viés de não ser controlado somente pelos objetivos sociais e políticos, mas também, refletir sobre os mesmos, ao ponto de questioná-los, para o desenvolvimento de novos vieses operacionais. E dentre este equilíbrio na função de intérprete e líder

intermediário desta seleção, o arquivista deve ser íntegro e inclusivo diante as minúcias que representam a documentação e seu caráter singular e legítimo.

Howard Zinn (1994) propôs que a “suposta neutralidade” do arquivista era “uma farsa”. Segundo o autor (1994),

O arquivista, ainda mais do que o historiador e o cientista político, tende a ser escrupuloso quanto à sua neutralidade e a ver seu trabalho como um trabalho técnico, livre do mundo desagradável do interesse político: um trabalho de coletar, classificar, preservar e disponibilizar os registros da sociedade. (p.22)

Até que seja alcançado o acesso à informação, ela passa por procedimentos éticos e morais correspondentes às ações arquivísticas, sobretudo, para que se compreenda os termos de acesso ao usuário, é certo que entenda o que este membro está procurando, com isso, é mais do que válido a incorporação de suas restrições e amplificação ao relacionar-se como mediador e agente social.

Portanto, ambos trabalhando em conjunto aos avanços sobre os questionamentos ainda vivos sobre arquivo pessoal e sua melhor aparição, após décadas de desassociação, atualmente, pode receber uma luz para guiá-la e preservá-la dessa disposição ao compreender o valor que somente uma persona pode impactar e agregar durante toda a vida relacionada ao documento e sua informação. O Arquivo Pessoal vai além de um material orgânico de apego pessoal diante das razões de sua produção, pois quando sua composição original é recolhida, ele passa a ser interpretado como um documento inclusivo por sua legítima natureza em consolidação orgânica, na qual os procedimentos arquivísticos de acordo com a acumulação, asseguram as informações contidas no documento, protegendo-as e as tornando base de pesquisa para usuários.

#### **4. Arquivos comunitários**

Historicamente, os arquivos têm servido como ferramentas de poder, seja naquilo que preserve ou afogue no mar do esquecimento. Rendall Jimerson, arquivista estadunidense, identifica os arquivos como instâncias de poder, uma vez que são os responsáveis pela guarda permanente dos documentos considerados de valor histórico, bem como o acesso e difusão dos fundos documentais. Para apresentar essa ideia, o autor representa as funções arquivísticas em três imagens: o templo, a prisão e o restaurante (JIMERSON, 2018). Diante disso, focaremos

nossa análise no que ele representa como a prisão e o restaurante, uma vez que o ato de seleção e descarte não decorre da instituição arquivística no caso dos arquivos pessoais.

A prisão, para Jimerson, representa o poder do controle sobre o acesso aos documentos, o que pode ser estendido para os processos de descrição e indexação. Ao nomear, coloca-se as características dos documentos em caixas específicas e pré-estabelecidas de acordo com os valores do tempo presente e dos sujeitos responsáveis pelo processo de nomeação. Já a figura do restaurante exemplifica a função da difusão, representando o poder da interpretação e da mediação dos arquivistas mediante as pesquisas e os consultantes através dos instrumentos de pesquisa.

A partir dessa perspectiva, o autor constata que a neutralidade e imparcialidade proposta ao trabalho do técnico em arquivo é ilusória, uma vez que “apesar de muitos afirmarem sua imparcialidade e neutralidade, arquivistas não podem evitar de deixar sua própria impressão nestas poderosas fontes de conhecimento e identidade” (JIMERSON, 2018, p. 29 - 30). Diante desse contexto e como estratégia de combate ao silenciamento e apagamento do status quo, são construídos os arquivos comunitários.

Os arquivos comunitários representam o conjunto de documentos que são acumulados, mantidos e administrados por comunidades específicas, visando proteger suas memórias, histórias e identidades diante das marginalizações sociais que a afetam. Como afirma Circe Bittencourt, “a preservação do patrimônio histórico-cultural deve pautar-se pelo compromisso de contribuir com a identidade cultural dos diversos grupos que formam a sociedade nacional” (2018, p. 231). Nesse sentido, os arquivos comunitários “[...] são frequentemente estabelecidos como uma resposta direta à exclusão sentida ou à sub-representação nos arquivos dominantes” (FLINN, 2011, p. 7).

Dessa forma, costumam surgir a partir do ímpeto interno da comunidade de maneira espontânea, não seguindo a lógica institucional dos arquivos públicos. Por essa razão, muitos confundem-se com coleções - conjunto de documentos acumulados artificialmente a partir de uma temática norteadora (BELLOTTO, 2004), o que compromete o reconhecimento da comunidade como produtora de documentos, bem como na defesa desse patrimônio documental como documentos de arquivo.

Enquanto documentos de arquivo, os conjuntos presentes nessas instituições são organizados em arranjos que buscam refletir as atividades e funções específicas da comunidade que os produziram, seguindo a lógica interna estabelecida pela própria comunidade. Nesse sentido, demonstram as relações orgânicas entre os documentos e as atividades comunitárias específicas daquele grupo.

A descrição arquivística aparece como ferramenta que possibilita a contextualização dos documentos, identificando e reiterando a organicidade e o respeito ao princípio da proveniência nos arquivos comunitários. Assim, ela auxilia na transformação de um conjunto documental disperso em um fundo arquivístico estruturado, bem como na difusão do acervo da instituição.

Os arquivos comunitários politizaram de maneira emocional a viabilidade histórica das comunidades que representam. Eles vão além de meros depósitos de documentação, tornando-se espaços vivos de afirmação identitária, resistência em grupo e reconstrução da memória social. Esse é o caso do AMT, instituição aprofundada mais adiante, que configura-se como uma instituição de custódia comunitária que abriga fundos de arquivos pessoais doados ou produzidos por integrantes da comunidade e familiares, no qual são preservados documentos afetivos e do dia a dia, como fotografias familiares, relatos orais, cartas e folhetos, reunidos sob uma lógica de salvaguarda coletiva.

Esse movimento busca reconhecer e identificar o viés estrutural para tornar os conjuntos documentais em instrumentos de justiça social, pertença e resistência de um coletivo. Como afirma Jimerson, “os arquivos ajudam a esclarecer os pântanos turvos da memória e substituem a adivinhação pela documentação” (JIMERSON, 2006, p. 25).

No entanto, no âmbito comunitário, essa documentação expande seu alcance e inclui conhecimentos que não se enquadram em categorias convencionais. Além do conteúdo, o processo também é transformador. Flinn enfatiza que “a participação comunitária ativa na criação e gestão de arquivos não apenas legitima essas iniciativas, como também reforça os vínculos sociais e fortalece a confiança entre os membros” (FLINN, 2011, p. 9).

Esses arquivos são criados através de um processo reflexivo e colaborativo entre os integrantes da comunidade e especialistas em arquivologia, trabalham em conjunto para organizar e descrever os documentos seguindo padrões técnicos e éticos, assegurando assim a autenticidade e o respeito à memória coletiva.

Incentivar a participação ativa no lugar de uma visualização mais passiva, é um critério fundamental para o sucesso desse tipo de projeto.

Esta visão nos estimula a reconsiderar a função dos arquivos: não como locais imparciais e distantes, mas como locais de encontro, escuta e construção conjunta. Neste cenário, arquivar é uma ação profundamente relacional - um compromisso com a produção documental dos grupos marginalizados a partir do olhar das pessoas que os integram. O impacto dessa intervenção é fortemente altruísta e dependente dos integrantes que corroboram para a própria salvaguarda dos documentos e para a construção dos instrumentos de pesquisa. Diante disso, são criadas metodologias colaborativas para a realização da descrição, levando em consideração as vozes das pessoas pertencentes à comunidade retratada nos documentos. No entanto, no que diz respeito ao acesso, antes mesmo de ser voltado para campos externos, a origem dessa finalidade é relativamente assegurada por uma contextualização com fortes pontos referenciais na natureza de seu registro, garantindo a recuperação da produção documental, isso é, o princípio da proveniência e da ordem original que criaram a informação do documento de arquivo e dando ainda mais valor às possibilidades de pesquisas e usos futuros.

Em uma era caracterizada por conflitos de memória e tentativas de silenciamento, os arquivos comunitários nos recordam que recordar é uma ação política. São locais de resistência, cuidado e reconstrução, onde as comunidades assumem a responsabilidade por suas histórias e mantêm suas memórias com dignidade e afeto. Representam “uma história feita por nós, para nós” (FLINN, 2011, p. 11).

## **5. O Archivo de la Memoria Trans de Argentina**

O Archivo de la Memoria Trans da Argentina (AMT) é uma instituição arquivística autogerida, sediada em Buenos Aires, voltada para a preservação e incentivo da memória, história e documentação de pessoas travestis e transgêneras. Segundo Macioci (2023), o objetivo da instituição é construir um arquivo comunitário que valorize suas memórias, silenciadas pelo poder do Estado argentino, para visibilizar as lutas e vivências acerca das identidades de gênero dissidentes latinoamericanas. Aliado a isso, buscam garantir o acesso aberto para todos a partir de sua atuação digital.

Por ser autogerida, o projeto é mantido a partir de subsídios nacionais e internacionais e pela ajuda financeira da própria comunidade. Essa decisão foi realizada a fim de evitar que o arquivo sofra com as variações sócio-econômicas do país, bem como as mudanças políticas internas e externas. Nesse sentido, a escolha pela institucionalização formal também foi estratégica para garantir a existência perene do arquivo, mesmo diante de momentos de risco, como o atual vivido sob o governo de Javier Milei e seus constantes ataques à cultura e aos Direitos Humanos.

A direção da instituição é realizada por María Belén Correa, co-fundadora da Asociación de Travesti, Transexuales y Transgénero de Argentina (ATTTA) em conjunto com sua companheira de luta, Claudia Pía Baudracco. A ATTTA teve início com um pequeno grupo de mulheres da comunidade trans e tornou-se uma das principais organizações de luta do país (BUGNONE; MACIOCI, 2023). A partir da construção dessa rede comunitária, iniciou-se o desenvolvimento do AMT, ainda na passagem do ano 1990 para os anos 2000.

A ideia de desenvolver um arquivo construído por e para pessoas trans e travestis surgiu do desejo de Baudracco de consolidar espaços seguros para a salvaguarda dessa documentação e para a preservação da memória de suas vivências e lutas. Assim, a ativista passou a reunir os fundos documentais de suas companheiras de militância e a guardá-los em sua casa.

Baudracco mantinha esse hábito, buscando evitar que essa documentação se perdesse com o tempo ou com a morte de suas companheiras. Esse movimento foi uma estratégia contra a repressão policial às pessoas trans, que persistiu após o fim da última Ditadura Militar na Argentina (1983), com a justificativa de combater crimes “contra a moral e os bons costumes” (SALERNO, 2024). Ela também aparece como método de proteger a documentação da morte precoce diante da violência e da epidemia de HIV-Aids, bem como do apagamento realizado pelas famílias das detentoras dos fundos, que muitas vezes jogavam fora a documentação ou a queimavam.

Em 2012, após a morte de Baudracco poucos meses antes da promulgação da Lei de Identidade de Gênero<sup>6</sup>, Correa herdou a coleção de fundos da ativista,

---

<sup>6</sup> A década de 2010 foi de suma importância para a luta da comunidade LGBT na Argentina com conquistas legislativas significativas: a Lei do Casamento Igualitário (Le nº 26.618 de 2010), que garante o casamento civil de pessoas de mesmo gênero, e a Lei de Identidade de Gênero (Lei nº

bem como os documentos pessoais de Baudracco (MENDIETA; KRAVETZ, 2021). Por essa razão, considera-se o ano de 2012 como a fundação do Archivo, mesmo que ele ainda não se encontrasse institucionalizado ou não seguisse um tratamento arquivístico adequado para seus fundos e coleções.

Seguiu-se a essa aquisição, um movimento de encontrar as demais militantes dos anos 1970 e 1980 a partir de um processo comunitário de redes para convencê-las a doar seus arquivos pessoais para que fossem de livre acesso à comunidade. Esse movimento foi possibilitado por uma característica intrínseca da comunidade de mulheres trans: a vida em comunidade sempre muito presente (MENDIETA; KRAVETZ, 2021). Seja como estratégia de luta ou como medida de segurança diante da marginalização social, a vida comunitária e a fácil criação de redes de contato e apoio favoreceu a criação e guarda dos documentos.

Inicialmente, foi criado um grupo restrito no Facebook chamado “Archivo de la Memoria Trans”, afim de evitar “personas cis que quieran estudiarnos: como psiquiatras, psicólogos/as o tesistas” (CORREA Apud. MENDIETA; KRAVETZ, 2021, p. 206). Em 2018, o grupo contava com aproximadamente 1300 membros, majoritariamente mulheres trans militantes nos anos 1980 e 1990.

O AMT surge, assim, no bojo de dois processos históricos importantes na Argentina: a democratização realizada a partir de 1983 e aumento da visibilidade para as lutas e organizações voltadas à comunidade LGBTQIA+. Em relação ao primeiro evento, Salerno (2024) aponta que “in this context, getting access to state archival records and creating new archives became an activist cause in support of the battle for memory, truth, and justice” (p. 334). Já o aumento de visibilidade para as pautas da comunidade LGBTQIA+, especialmente no que tange a comunidade trans, levou a consolidação de arquivos comunitários em busca de preservar a memória desses movimentos e das injustiças sociais, servindo como referência para as gerações futuras.

A ideia de institucionalizar o Archivo e implementar um tratamento arquivístico à documentação ocorreu posteriormente à sua criação. A inspiração foi o trabalho realizado pelas mães e avós da Praça de Maio, que haviam construído um espaço de memória para lembrar as violências das Ditaduras Militares na Argentina. Segundo Correa,

---

26.743 de 2012), que reconhece o direito das pessoas a retificar seus documentos nacionais para que eles indiquem sua identidade autopercebida.

Basically, I saw the model [of archiving] in a documentary when they ask mothers and grandmothers [of Plaza de Mayo] a question, telling them how it was possible to reconstruct an archive if the State aimed at destroying any evidence. They said: the most important thing was that we had the memory of the survivors. (CORREA Apud. SALERNO, 2024, p. 335)

Assim, em 2014 a equipe é expandida e Cecilia Estalles, coordenadora geral de projetos, passa a realizar o trabalho de preservação da documentação, objetivando consolidar o trabalho arquivístico (MENDIETA, 2021). Uma de suas funções na instituição foi profissionalizar o arquivo, além de organizar e ordenar o arquivo físico. A equipe foi formada entre 2015 e 2017 e passou a receber capacitação em gestão documental. Nesse período, Correa também realizou seu bacharelado em Arquivologia. Dessa forma, o AMT consolidou-se como uma instituição especializada em fundos arquivísticos pessoais de pessoas trans e travestis.

É importante salientar que há um caráter de seleção nos fundos que são adquiridos por meio de doações ao AMT, uma vez que eles devem ser de militantes do movimento por direitos das pessoas LGBT na Argentina durante sua Ditadura Militar (1973 - 1987) ou que sofreram com a repressão e o exílio no período (ANTONIUCCI, 2021, p. 23/24). Isso ocorre porque, segundo a autora, a maioria da população trans argentina tem expectativa de vida entre 30 e 40 anos, níveis baixos de educação formal e quase 95% não encontra-se no mercado formal de trabalho, sobrevivendo muitas vezes da prostituição. Portanto, busca-se exaltar a vivência de luta daquelas que resistiram às estatísticas.

O projeto, nesse sentido, foi se consolidando conforme as pessoas acionaram seus amigos e os incentivava a doar seus arquivos também, iniciando pelas militantes que atuaram nos anos 1970 e 1980. Esse recorte ocorreu por uma questão de ancestralidade e respeito aos que vieram antes, mas também porque elas foram as primeiras que falaram sobre as violências vividas nas Ditaduras argentinas e a repressão sofrida (MENDIETA, 2021).

Esse primeiro movimento realizado pelas matriarcas da comunidade impulsionou e incentivou novas doações, uma vez que quebrou a barreira do medo de tornar-se vulnerável a partir de ter sua documentação exposta e de livre acesso. Como aponta Correa, em entrevista para Mendieta (2021),

Estaban todas las ganas, pero al mismo tiempo está la traba esa de que donar archivo es como vulnerarse un poco, y mostrar una parte muy sensible y muy íntima de la historia de uno, entonces hay un montón de hielo que romper para superar esa inhibición. (p. 209)

Constam, em seu catálogo online, 45 fundos de arquivos pessoais<sup>7</sup>. Os primeiros adquiridos foram de María Belén Correa e Claudia Pía Baudracco. Já o primeiro fundo completamente tratado e disponibilizado foi de Malva Solís, ativista matriarca da comunidade trans, que morreu em 2015 aos 95 anos.

A partir da constatação de que “todo lo que ha quedado por fuera de la estructura hombre-mujer ha sido condenado históricamente al ostracismo, a lo abyecto” (ANTONUCCI, 2021, p. 22), o AMT tem como objetivo central a proteção e reivindicação das memórias da comunidade trans a partir da salvaguarda de fundos de arquivos dos principais sujeitos que a constroem, as próprias mulheres trans e travestis. Diante disso, foram desenvolvidos métodos específicos para tratar sua documentação, buscando reconhecer as especificidades do acúmulo documental dessa camada marginalizada da sociedade. Por essa razão, a listagem de fundos presente no catálogo online utiliza na frente de cada um dos nomes o artigo definido feminino, “la”<sup>8</sup>. Isso ocorre como maneira de ressignificar e enfatizar a identidade de gênero das titulares dos fundos, bem como celebrar essa identidade dissidente.

Em relação à documentação arquivística, o AMT possui por volta de 15 mil itens documentais, apresentando como datas limites o recorte temporal que se inicia desde meados do século XX até o início dos anos 2000. A maior parte dessa documentação, diferente do esperado para um arquivo essencialmente ligado ao ativismo da comunidade, são referentes à vida privada e doméstica de suas detentoras.

---

<sup>7</sup> Os fundos pessoais salvaguardados no AMT são de: Agustina Quaranta, Andrés Berón, Aron Indra Lezcano, Beatriz Herrera, Benjamin Soler, Brigitte Gorosito, Carla Pericles, Carmen Ibarra, Carolina Figueredo, Cintia Anahí Pili, Claudia Pía Baudracco, Daniel Busato, Daniela Valverde, Diana Marina Magalí Muñiz, Edith Rodriguez, Eugenio Talbot Wright, Fátima Rodriguez Lara, Flavia Elizabeth Flores, Gina Vivanco, Julieta González “La Trachyn”, Luisa Lucía Paz, Malva Solís, Marcela Ibañez, Marga Del Valle Ogas, Mari Popi, María Belén Correa, Ornella Vega, Paola Guerrero, Patricia Rasmussen, Pablo Gasol, Rocío Manzano, Rosario La Uruguaya, Sandra Castillo, Santiago De Los Ángeles Cruz, Silvia Grey, Soraya Elizabeth Álvarez, Silvana Sáenz Palacios, Tomás Viken Grande, Victoria Arriagada Torres, Viviana Borges, Vanesa Sander, Marcos Luczkow, Sofía Saunier, Aldana Gabriela Chocobar

<sup>8</sup> Nos casos em que o titular do fundo é um homem trans, minoria na instituição, o artigo utilizado é o definido masculino “lo”. Por serem minoria na instituição e dado seu caráter de evidenciar as vivências transfemininas, optou-se, neste trabalho, por utilizar o feminino como padrão para a descrição dos fundos e documentos.

De acordo com Carmen Ibarra, funcionária da instituição, há um procedimento pré-estabelecido desde a chegada do documento até sua disponibilização final para a consulta, resultante das capacitações realizadas com a equipe nas áreas de conservação preventiva e gestão documental, bem como informática para o uso dos softwares específicos implementados na instituição. Diante disso, quando a doação é recebida pela equipe, é realizada uma triagem inicial seguida da higienização de cada item documental, passando para a digitalização dos documentos - seja por motivos de guarda ou para posterior disponibilização de acesso - e, por fim, há o desenvolvimento do arranjo e separação em caixas arquivo polionda, com o acondicionamento adequado para cada tipologia documental, e a descrição na base de dados Access To Memory (AtoM) (BUGNONE; MACIOCI, 2023).

É válido ressaltar que todo esse processo é realizado por militantes e ativistas mais velhas da comunidade, tópico que será abordado mais adiante nesta sessão. Dessa forma, “aquí las archivistas son las propias activistas, quienes reciben el material, lo organizan, digitalizan y exhiben en la plataforma del archivo” (MACIOCI, 2023, p. 25).

As tipologias e gêneros documentais presentes no acervo da instituição são bastante diversos, característica intrínseca aos arquivos pessoais. Dentre essa documentação, encontram-se documentos audiovisuais, recortes de jornais, correspondências, documentos de identidade pessoais, diários, boletins de ocorrência, roupas e alguns testemunhos orais. No entanto, a principal tipologia documental presente é a fotografia.

Essa preponderância das fotografias nos fundos determinou a prioridade no tratamento específico dessa tipologia documental, que representa a única a estar completamente disponibilizada no site da instituição com livre acesso. A disponibilização para o público dessas fotografias ocorre por meio de uma coleção de fotografias dispostas como álbum no endereço eletrônico da instituição. Como aponta Macioci (2023),

A modo de montaje, en el acervo fotográfico se ensamblan las imágenes provenientes de distintos archivos personales para develar una constelación donde se observan destellos tan brillantes como el cursor de la página del AMT y también zonas de oscuridad. (p. 31)

Compreende-se, portanto, que houve uma ruptura lógica no princípio da proveniência dos arquivos, uma vez que esses documentos são retirados da lógica orgânica dos fundos ao qual pertencem para serem disponibilizados como coleção tipológica. A fotografia física é mantida em seu fundo e dentro de sua relação orgânica, porém para a disponibilização e acesso ela é retirada de seu contexto original.

Outro ponto a ser observado é em relação à construção do arranjo dos fundos, uma vez que as séries não são definidas a partir das atividades de cada titular - muitas vezes coincidentes. A construção do arranjo ocorre por um padrão pré-determinado da instituição a fim de abarcar os eixos comuns da vivência de todas as mulheres trans e travestis do período, o que também vai de encontro com o princípio da organicidade ao negligenciar as relações orgânicas estabelecidas entre os documentos. Dessa forma, são utilizadas as categorias: Infância, Ativismo, Exílio, Correspondências (Cartas e Cartões Postais), Carnaval, Festas, Aniversários, Trabalho Sexual, Vida Cotidiana, Shows, Retratos realizados por fotógrafxs, Meu Corpo, Trabalho e Vida Profissional.

À título de destaque, o agrupamento Infância reúne os documentos relacionados à juventude das militantes e, por essa razão, retratam um período anterior à transição ou à autopercepção da transgeneridade. Mesmo nesse cenário, há um respeito à real identidade das mulheres nas práticas arquivísticas adotadas, mantendo o uso dos pronomes e nome correto (seja ele social ou já retificado) na descrição e indexação dos itens documentais, mesmo naqueles em que é possível ler o nome de batismo ou em que a performance de gênero não corresponde à atualidade. Em relação aos documentos civis das titulares, sua consulta somente pode ser realizada mediante análise da equipe técnica e, preferencialmente, na sede do AMT, procedimento adotado com os demais documentos textuais.

Em razão dessas séries não serem moldadas a partir das atividades de cada produtora, ocorre uma falsa representação da totalidade da vida da titular, bem como engessa o processo de organização lógica em camadas pré-estabelecidas. Além disso, não há uma característica específica para a determinação das séries. Enquanto a maioria segue uma característica de agrupamento temático, como “Infância” e “Exílio”, outras seguem um agrupamento por tipologia, como é o caso de “Correspondências (Cartas e Cartões Postais)”. Por fim, alguns agrupamentos são realizados visando a utilização posterior dos documentos como método de difusão,

já os retirando da lógica da atividade que os gerou, como em “Retratos realizados por fotógrafxs”.

A instituição desenvolveu, com o intuito de auxiliar os pesquisadores e usuários do acervo, o “Wikitrans”, área colaborativa voltada para a definição dos principais conceitos e efemérides relacionados à vivência trans na Argentina. Dessa forma, há uma familiarização com o universo da comunidade, bem como a caracterização dos termos utilizados na indexação dos documentos. A partir das práticas adotadas, portanto, há uma tentativa de retirar o exotismo dessas vivências e apresentá-las ao acesso público em toda sua subjetividade.

De acordo Antoniucci (2021), o AMT configura-se como o primeiro arquivo oficial a reconstruir a memória trans e travesti na Argentina e um dos primeiros sobre a temática no mundo, com a missão de referenciar as identidades perdidas e o combate à transfobia institucional e social. Nesse ponto, mesmo que sua prática apresente questões conceituais a serem melhor desenvolvidas e debatidas, o Archivo demonstra sua potência. Assim, “la imagen desde la intimidad propone microhistorias, porque no es sólo un archivo cuya temática se revela desde la contrahegemonía, sino que sus prácticas archivísticas proponen otras maneras de archivar, consignar y exhibir” (BUGNONE; MACIOCI, 2023, p. 11).

A atribuição da nomenclatura “arquivo” para o AMT é circunscrita a diversos debates, considerando que a instituição encontra-se na intersecção entre um arquivo pessoal e um arquivo comunitário. Arquivo pessoal por salvaguardar documentação pessoal das titulares dos fundos; comunitário uma vez que é construído por e para a comunidade que o serve, seguindo dos parâmetros arquivísticos em busca de uma luta por justiça social e memória - uma vez que os arquivos permanentes servem tanto como prova quanto como fontes para a construção da historiografia, da memória social e da identidade e pertencimento cultural.

Além do trabalho com a documentação, a luta por justiça social que o caracteriza como arquivo comunitário está ligado às pessoas que desenvolvem diretamente o trabalho. Como apontam Bugnone e Macioci,

La política documental del AMT adhiere a la lucha contra la transfobia: el trabajo para la formación educativa y la inserción social-laboral de las personas trans, así como la denuncia de todo tipo de transfobia institucional o social. Asimismo, el Archivo es un espacio cooperativo en el cual también intervienen artistas, activistas, archivistas, periodistas, historiadorxs, curadorxs, críticxs de arte, editores, conservadores,

investigadores y docentes en un intento por idear nuevos proyectos a partir de lenguajes diversos. (2023, p. 10)

A equipe é composta majoritariamente pelas protagonistas dessa história e detentoras dos arquivos pessoais, mulheres trans e travestis mais velhas que receberam capacitações para realizar o trabalho e inserir-se no mercado formal de trabalho. Como relata Carmem Ibarra,

[...] en el archivo de la memoria trans, después de un pasado tan oscuro, tan sin posibilidades de crecer, nos dio una enseñanza muy grande, porque no sabíamos manejar una computadora, no sabíamos ni cómo se enchufaba ni menos manejar un teclado o referirnos a los materiales. Yo siempre digo que tenía mi cuadernito, que me enteré de que eso se llamaba bitácora, y términos que una nunca tuvo acceso a conocer. (BUGNONE; MACIOCI, 2023, p. 24)

Diante disso, constroi-se uma outra relação com o trabalho arquivístico. De acordo com a equipe do AMT,

Por otro lado, siendo este archivo fundado y desarrollado por sus mismas protagonistas, es un lugar de trabajo, reunión, discusión y acción acerca de la identidad de género y la actualidad: la inclusión laboral y lucha por una sociedad plural, diversa e igualitaria. (Archivo de la Memoria Trans Apud. MACIOCI, 2023, p. 04)

Outro trabalho realizado pela equipe buscando reparação e justiça social é a revisão da documentação presente em outras instituições, como o acervo da Biblioteca Nacional da Argentina e com os registros de necrotérios da capital do país. Nessa revisão, são realizadas correções em documentos descritos anteriormente por homens cisgênero e heterossexuais que as encheravam apenas como "homens fantasiados de mulher" e as identificavam dessa maneira na documentação remissiva. Esse trabalho ressignifica e traz ao centro do debate a presença trans na História e a memória das lutas e resistências contra a violência social, mesmo antes da consolidação do movimento trans organizado (SALERNO, 2024).

O movimento proposto pela instituição, portanto, é o de retirar as narrativas acerca das pessoas trans dos arquivos policiais, psiquiátricos e dos necrotérios, revendo essas fichas documentais, nas quais "las mujeres travestis o trans eran fichadas con nombre de varón y sustraídas de su identidad" (BUGNONE; MACIOCI, 2023, p. 23).

O AMT parte, assim, de um saber trans-travesti para construir um projeto que busca recuperar as trajetórias dos indivíduos sistematicamente apagados das narrativas, das políticas públicas, da justiça social e, inclusive, da prática arquivística. Seu principal objetivo, portanto, está na estratégia de que se escutem as vozes por muito tempo caladas e suas vivências dignificadas.

Busca-se, portanto, seguindo Walter Benjamin, realizar uma prática de arquivo a contra-pelo e evidenciar aquele patrimônio difícil que nunca foi mostrado, a não ser nos arquivos institucionais policiais ou médicos partidos da visão e experiência cisheterossexual (MENDIETA; KRAVETZ, 2021). Nas palavras de Maria Belén Correa,

El archivo viene a cubrir el espacio que durante mucho tiempo tuvimos en la historia ocupado por los archivos policiales, los archivos psiquiátricos o los archivos de la morgue. Hoy tenemos un archivo trans construido por personas trans que están contando la historia de las personas trans y de la comunidad en primera persona. (MENDIETA; KRAVETZ, 2021, p. 207)

## **6. Guia do Acervo do Arquivo de la Memória Trans**

O produto gerado a partir dessa pesquisa, portanto, é um Guia de Acervo do Arquivo de la Memoria Trans, construído a partir do mapeamento dos fundos e coleções presente no site da instituição, como maneira de potencializar sua acessibilidade e difusão.

Seguindo as etapas propostas por Bellotto (2004), Miguéis (1976) e Ancona Lopez (2002) em suas obras supracitadas, buscou-se evidenciar o histórico do AMT, bem como os fundos de arquivos pessoais salvaguardados na instituição e a política de aquisição seguida.

O Guia elaborado respeita a estrutura globalizante própria desse tipo de instrumento, apresentando informações introdutórias sobre a instituição, como sua origem, motivações e funcionamento, bem como um levantamento dos fundos documentais organizados de forma padronizada. É importante destacar que, por questões de segurança, o endereço físico do AMT não é divulgado publicamente. Essa decisão decorre do receio de possíveis atos de violência, motivados por episódios de transfobia enfrentados pela comunidade. A proteção do espaço físico, portanto, torna-se também uma medida de cuidado com as pessoas envolvidas e com o acervo, evidenciando que a prática arquivística, especialmente em contextos

de resistência, exige estratégias de proteção para a integridade das vidas e das memórias ali salvaguardadas.

A organização dos fundos seguiu a lógica adotada pela própria instituição, a partir da aplicação AtoM, com adaptações para o formato textual do Guia. Assim, foram mantidos os títulos originais utilizados pelo AMT (ANTONIUCCI, 2021). Nesse sentido, o trabalho baseou-se nos parâmetros estabelecidos pela ISAD(G), identificando os seguintes elementos de cada fundo: código de referência, título, datas-limite, dimensões e suporte; produtor; biografia; história arquivística; âmbito e conteúdo, arranjo, condições de acesso e idioma.

Buscou-se apresentar uma descrição que ultrapasse os limites técnicos e contemple o caráter afetivo, político e identitário que atravessa os arquivos pessoais comunitários. Dessa maneira, o Guia não se limita à listagem de nomes e datas, mas se propõe a ser também um instrumento de conscientização, memória e reconhecimento da trajetória coletiva da comunidade trans e travesti da Argentina.

Ao apresentar os principais fundos e orientar os usuários sobre as possibilidades de consulta e acesso, o instrumento reafirma o compromisso social da arquivologia com a inclusão, a visibilidade e a justiça social (FLINN, 2011; JIMERSON, 2006). Além de cumprir seu papel informativo, o Guia também atua como elo simbólico entre o acervo e a comunidade, uma vez que sua construção reflete a escuta atenta das especificidades da memória trans, tanto na preservação quanto na representação documental. Nesse processo, a descrição arquivística extrapola sua função técnica e passa a operar como ferramenta de resistência e afirmação identitária (ZINN, 1994; BUGNONE; MACIOCI, 2023).

Compreendemos as dificuldades de montar um guia da instituição somente através do contato virtual e por meio de apresentações institucionais. No entanto, propomos a elaboração desse instrumento de pesquisa, primeira atividade a ser realizada por instituições detentoras de arquivo (ANCONA LOPEZ, 2002), por ele representar uma maneira eficiente de evidenciar os fundos custodiados e a própria instituição, bem como disponibilizar seu acesso ao público. Assim, o produto aqui desenvolvido serve não apenas como porta de entrada ao acervo do AMT, mas como convite à reflexão sobre o papel dos arquivos na luta contra o apagamento e na construção de uma sociedade mais plural e diversa.

## 7. Conclusões

Ao longo deste trabalho, analisamos o Archivo de la Memoria Trans (AMT) a partir das definições de arquivos pessoais e arquivos comunitários, entendendo-o como um instrumento de resistência ao apagamento de indivíduos historicamente marginalizados. O AMT vai além de ser uma simples ação de conservação de documentos - ele simboliza uma quebra com a lógica institucional que, ao longo da história, marginalizou e silenciou grupos dissidentes.

Ao reunir fotografias, diários e materiais íntimos, essa instituição constrói uma narrativa compartilhada da comunidade trans na Argentina, reivindicando o direito à memória e à visibilidade. Este é um ato fortemente político: ao registrar suas próprias histórias, esses indivíduos deixam de ser meros objetos da história e se tornam sujeitos de sua própria memória. Esta prática confirma o que Flinn (2011) argumenta acerca dos arquivos comunitários: somente adquirem significado completo quando surgem do desejo da comunidade de registrar, preservar e divulgar suas histórias - não para obter validação externa, mas para preservar uma existência que está constantemente em risco.

O AMT é um arquivo que resiste ao esquecimento, protegendo as memórias sem comprometer a dignidade de quem viveu essas experiências. E é neste sentido que indica a reflexão necessária acerca de um novo fazer arquivístico, fundamentado no compromisso com a justiça social, a reparação histórica e a edificação de um futuro mais inclusivo. De acordo com Andrew Flinn, "escrever, preservar e divulgar nossas histórias vai além de um simples ato de recordação - é um ato de liberdade" (2011, p 1).

Compreendendo a inexistência da neutralidade no fazer arquivístico (FLINN, 2018), compreendemos que o AMT desempenha papel militante e político em seu resgate da documentação pessoal de membros da comunidade trans. Realiza-se, assim, uma prática arquivística voltada para as especificidades dessa comunidade, uma vez que é desenvolvida por ela e para ela. A disponibilização dessa documentação através da plataforma AtoM demonstra a importância da descrição arquivística para o acesso e a difusão do patrimônio documental, contribuindo para a construção do instrumento de pesquisa proposto por esse trabalho.

O resultado desse movimento é a disponibilização desses documentos que retratam as trajetórias de luta da comunidade, mas também suas conquistas e sua

vida cotidiana, retirando as lentes do exotismo e da estigmatização. Dessa forma, garante-se a preservação do patrimônio documental dessas pessoas marginalizadas pelo sistema, mas principalmente possibilita a ampla difusão desses registros, principalmente para a construção de um sentimento de pertencimento da comunidade e uma construção voltada para as gerações futuras. Evocando os resultados obtidos por Diego Ragassi (2024) em sua análise da Associação de Moradores do Bairro Jardim Bela Vista (Serra, ES), “essa iniciativa contribui para a transparência, o conhecimento e o reconhecimento do trabalho da associação, fortalecendo sua identidade e importância na história local” (p. 16).

Pode-se concluir, portanto, que o AMT configura-se como uma instituição de custódia de fundos de arquivos pessoais construído por e para uma comunidade, visando mitigar os efeitos da marginalização social dela e ampliar suas vozes. Como indica Correa,

Estamos construyendo la historia, que es algo que no se había, no se estaba contando, y ahora hace un par de años, que nosotras a través del archivo vamos contando eso. Y es muy importante, para nosotras que muchas de nosotras no sabemos lo que es un archivo, y para las jóvenes que vienen esto va a quedar para siempre. (CORREA Apud. MACIOCI, 2023, p. 04).

Contudo, de acordo com os procedimentos desenvolvidos para fundamentar, estruturar e difundir o que um dia já foi uma memória quase que aterrada, hoje, os membros que fazem parte desta autêntica transformação social podem contar a própria história, e enxergá-la como ferramenta de inclusão e direito sociocultural.

## 8. Referências Bibliográficas

ANCONA LOPEZ, André Porto. **Como descrever documentos de arquivo: elaboração de instrumentos de pesquisa**. São Paulo: Arquivo Do Estado, Imprensa Oficial, 2002.

ANTONIUCCI, Melina. Ésta se fue, ésta murió, ésta ya no está más. El Archivo de la Memoria Trans en Argentina. **Cuadernos del Centro de Estudios en Diseño y Comunicación**. Ensayos, n. 92, p. 20-39, 2021.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. FGV editora, 2004.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. 5. Ed. – São Paulo: Cortez, 2018.

BUGNONE, Ana Liza; MACIOCI, Victoria. El Archivo de la Memoria Trans: imágenes de un archivo instituyente. In: **RUNAS: Revista de Educación y Cultura**, v. 04, n. 08, 2023.

BRASIL. **Lei nº 6.546, de 4 de julho de 1978**. Dispõe sobre a regulamentação das profissões de Arquivista e de Técnico de Arquivo, e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1978.

BRASIL. **Lei n. 8.159, de 8 de janeiro de 1991**. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1991.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. **Dicionário de terminologia arquivística**. Associação dos Arquivistas Brasileiros-Núcleo Regional de São Paulo, 1996.

\_\_\_\_\_. Arquivos pessoais são arquivos. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, v. 45, n. 2, p. 26-39, 2009.

CAMOLEZE, Jean; CAVALCANTE, Lidia Eugenia; RODRIGUEZ, Sonia Maria Troitiño. Documentos que comunicam: o valor cultural do documento popular. **Conexão-Comunicação e Cultura**, v. 18, n. 36, 2019.

\_\_\_\_\_; RODRIGUEZ, Sonia Maria Troitiño. **Produção e tipologia documental de movimentos sociais: estudo sobre o arquivo do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terras do Brasil (MST)**. 2019.

CAVALCANTE, André et al. Por um arquivo (d)e memória: corpos-trans na Argentina e no Brasil. **RUA**, v. 28, n. 2, p. 405-418, 2022.

DELMAS, Bruno. **Arquivos para quê? Textos escolhidos**. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardosos, 2010.

FLINN, Andrew. Independent Community Archives and Community-Generated Content: 'Writing, Saving and Sharing our Histories'. **Convergence**, v. 16, n. 1, p. 39-51, 2010.

\_\_\_\_\_. Archives and societal provenance – Australian essays. In: **Archives and Records The Journal of the Archives and Records Association**, v. 35, n. 2, p. 179-181, 2014.

GOMES, Angela Maria de Castro. Nas malhas do feitiço: o historiador e os encantos dos arquivos privados. **Revista Estudos Históricos**, v. 11, n. 21, p. 121-128, 1998.

JIMERSON, Randall. Embracing the power of archives. **The American Archivist**, v. 69, n. 1, p. 19-32, 2006.

\_\_\_\_\_. Arquivos para todos: a importância dos arquivos na sociedade. In: **Arquivo & Administração**, v. 07, n. 02, jul/dez. 2008, p. 27 - 43.

JÚNIOR, Wilson Roberto Veronez et al. A dimensão política da mediação da informação em arquivos de partidos políticos brasileiros: o caso do partido dos trabalhadores. **Revista EDICIC**, v. 2, n. 1, 2022.

LANNA, Ana Lúcia Duarte; ROSSI, Fernanda da Silva Rodrigues. **Guia do IEB: o acervo do Instituto de Estudos Brasileiros**, 2010.

MACIOCI, Victoria. **Maneras de archivar en la era digital: El Archivo de la Memoria Trans**. Trabajo de Graduación de la Licenciatura en Historia de las Artes, orientación en Artes Visuales. Universidad Nacional de La Plata, 2023.

MARTÍNEZ-ÁVILA, Daniel. A interseccionalidade e o respeito às pessoas na organização do conhecimento. In: **Informação, conhecimento e modelos**. Oficina Universitária, 2017. p. 239-253.

MENDIETA, Andrés; KRAVETZ, Nat. Archivo de la Memoria Trans (Argentina) y Travesteca (Brasil). El lugar sin límites. **Revista de Estudios y Políticas de Género**, v. 3, n. 5, p. 205-217, 2021.

MIGUÉIS, Maria Amélia Porto. Roteiro para elaboração de instrumentos de pesquisa em arquivos de custódia. In: **Arquivo & Administração**, v. 05, n. 02, p. 07-20, 1976.

ROUSSO, Henry. O arquivo ou o indício de uma falta. **Revista Estudos Históricos**, v. 9, n. 17, p. 85-92, 1996.

RAGASSI, Diego Sartori et al. O processo de descrição arquivística de um acervo de comunidade usando o software Atom. **Informação@ Profissões**, v. 13, n. 2/3, p. 1-20, 2024.

SALERNO, Daniele. An instituting archive for memory activism: the Archivo de la Memoria Trans de Argentina. **Memory Studies**, v. 17, n. 2, p. 332-348, 2024.

VAM DE BERG, Thayane Vicente. Os Arquivos Pessoais Como Objeto De Pesquisa Em Arquivologia. In: **Arquivos Pessoais: experiências e perspectivas**. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo (ARQ-SP), 2019.

ZINN, Howard. **You Can't Neutral On a Moving Train: A Personal History of Our Times**. 1994.